

Por exemplo, em comunidades carentes, menor renda e menor escolaridade têm sido associadas a maior insegurança alimentar (ver [Brito et al., 2020](#); [Sperandio & Priore, 2015](#)). Ainda falando de insegurança alimentar, conforme demonstram Mainardes & Raiher ([2018](#)), a incidência maior dela se dá em domicílios chefiados por mulheres (desigualdade de gênero), em domicílios com indivíduos de etnia indígena, preta e parda (desigualdade racial), em domicílios com indivíduos de baixa escolaridade (desigualdade educacional, ou de capacidades), em domicílios com indivíduos cuja inserção no mercado formal de trabalho é limitada (desigualdade de acesso ao trabalho e a direitos) e, especialmente, em domicílios nas regiões Norte e Nordeste (desigualdade regional ou geográfica).

Paralelamente, inúmeros estudos têm denunciado a desvantagem das mulheres em questões de vulnerabilidade social que incluem além da insegurança alimentar, desigualdades de renda em determinados níveis educacionais e desigualdades de acesso ao mundo do trabalho (ver, p.ex. [Barbosa, Silva, & Nogueira, 2020](#); [J. M. Campos, Akutsu, Silva, Oliveira, & Monteiro, 2020](#); [M. S. de Oliveira, 2020](#); e [Jung, 2017](#)).

Outro exemplo é a precarização das relações trabalhistas, as quais têm se alastrado pelo mercado de trabalho como um todo, mas de modo mais incisivo atingem profissionais em ocupações de baixa renda ([A. L. Silva & Freitas, 2016](#)). Trabalhadores em tais condições dificilmente ascendem a outra realidade e, num círculo vicioso, a precarização se torna algo precoce e perene em suas vidas. Estudos apontam que esse mal atinge em especial os jovens de baixa renda, os quais devido aos já reduzidos níveis educacionais e à inexperiência profissional engrossam as fileiras do desemprego junto com mulheres e idosos – independentemente de suas conquistas acadêmicas ([Guimarães, 2009](#)); e acabam desde cedo inseridos na precariedade de acesso ao trabalho ([Guimarães, 2009](#); [S. R. de Oliveira, 2009](#)).

Embora as mulheres já tenham ultrapassado os homens em questões de anos de estudo e escolaridade, tendência ainda mais acentuada em coortes mais recentes da população ([Beltrão & Alves, 2009](#)) a discriminação de gênero e raça tem sido evidenciada em estudos sobre o mercado de trabalho e acesso a renda ([Cacciamali & Hirata, 2005](#)). O estudo das intersecções entre classe, gênero e raça em questões de renda e acesso ao mercado de trabalho tem demonstrado não só a distância de gênero em todos os grupos raciais, mas principalmente a vantagem de gênero e raça do homem branco ([J. A. F. Santos, 2009](#)).

Em síntese, o que se pretende pontuar é que o que entendemos por desigualdade pode se manifestar em múltiplas dimensões. Mais importante que isto, é a constatação de que, não raramente, ao vivenciar a desigualdade em uma dimensão de sua existência, indivíduos de certos grupos podem acumular sobre si desigualdades em outras dimensões. Um preconceito de raça pode somar-se a barreiras de gênero, agravadas por restrições à liberdade reprodutiva, com as quais podem coincidir diferenciais de acesso a renda, educação e moradia; dificultadas por questões de liberdade religiosa, de mobilidade física, cognitiva ou de orientação sexual.

Em tal contexto, e nos apropriando da terminologia da teoria de conjuntos, diz-se que o indivíduo está na “intersecção” de grupos sobre os quais pesa negativamente a desigualdade. A esta multiplicidade de dimensões nas quais a desigualdade se manifesta sobre um indivíduo, ou grupo de indivíduos, dá-se o nome de interseccionalidade. Quando um indivíduo pertence a mais de um grupo dito minoritário (não por seu tamanho numérico, mas pelo seu status depreciado ou subjugado na sociedade), é mais alta a probabilidade de que acumule em si os efeitos negativos de seus pertencimentos múltiplos. Assim, por exemplo, as dificuldades de acesso à cidade e a moradia com dignidade pesam mais sobre mulheres, negros, e ainda mais sobre mulheres negras – pois diferenciais de gênero e raça as(os) impactam negativamente em relação ao déficit habitacional ([Monteiro, 2015](#)). Os mesmos grupos também são prejudicados(as) no acesso e no uso de serviços de saúde ([Cobo, Cruz, & Dick, 2021](#)), no acesso ao emprego, nas suas possibilidades de ocupação profissional, na escolaridade, na renda, no acesso à proteção social, na condição de seus domicílios e na sua inclusão digital ([Pinheiro & Soares, 2003](#)), para mencionar alguns aspectos.

Ou seja, se a posição de um indivíduo na sociedade se encontra na intersecção de vários grupos subjugados, as desigualdades que incidem sobre esses grupos provavelmente concorrerão em conjunto para sua própria desvantagem. A ocorrência de desvantagens em diferentes grupos aos quais um mesmo indivíduo pertence é interseccionalidade. A co-ocorrência de desvantagens na intersecção de grupos é interseccionalidade. A co-incidência de desvantagens em várias dimensões sobre um mesmo grupo é também interseccionalidade.

Podemos chamar de “efeito-interseccional”: esses efeitos que se acumulam sobre indivíduos em função de seu pertencimento transversal a vários grupos; os efeitos repetitivos e cumulativos de várias dimensões justapostas incidindo sobre um mesmo indivíduo; ou os efeitos delas sobre um mesmo grupo de indivíduos. Mais adiante, veremos como é possível quantificar a intensidade e a direção do efeito-interseccional sobre o comportamento de indivíduos.

Antes, trataremos de uma das dimensões nas quais a desigualdade entre indivíduos se manifesta (a política). O estudo da desigualdade política, e de sua interseccionalidade com outras dimensões, tem relevância porque a política é uma das dimensões em que se pode processar o combate às desigualdades. A redução de desigualdades políticas (com mais oportunidades de participação, mais investimentos em candidaturas, mais recursos para a formação política de cidadãos comuns, com mais poder para determinar o seu próprio futuro) pode servir ao combate a desigualdades em outros domínios. Tentaremos na próxima seção, portanto, investigar alguns aspectos que têm sido apontados como fonte de desigualdade política. Depois investigaremos como tais aspectos interagem em várias dimensões para dificultar ainda mais a elegibilidade de grupos minoritários, o acesso desses indivíduos à representação política e à participação.

### 3 BASES SOCIAIS DA DESIGUALDADE

Se há uma questão que goza de elevada concordância entre estudiosos da política, é a percepção de haver entre os detentores do poder a tendência a querer mantê-lo. Para teóricos marxistas e elitistas, por exemplo, instituições e demais estruturas da sociedade existem para dar sustentação à relação de domínio de um estrato da sociedade (os capitalistas ou a(s) elite(s) dominante(s)) sobre os demais. Para os pluralistas, a democracia pressupõe um consenso prévio em relação a regras de funcionamento, e que os perdedores aceitem os resultados do jogo político. Eles rejeitam a noção de uma elite dominante pela ideia de grupos de interesse ou coalizões predominantes em suas áreas de atuação. Essas não precisam estar nos cargos eletivos para deter poder político. E quando exercem o poder, é para manter suas prerrogativas. Outro exemplo é o utilitarismo, presente nas escolas da escolha racional, do neo-institucionalismo e da economia política: os detentores de cargos eletivos se comportam para maximizar ganhos e minimizar riscos, assegurar sua permanência no cargo e sobrevivência política.

A vontade de se manter dominante parece então ser aspecto comum aos governantes em todas essas correntes de pensamento. Pela lógica, o poder tende a ser conservador – avesso a mudanças, visto que as transformações daí resultantes podem implicar na substituição de quem manda. O status quo, ao contrário, tem resultados conhecidos e previsíveis – sendo preferível pelos governantes exatamente por ter originado as relações atuais de dominação. Destarte, o poder e a “manutenção da ordem” andariam juntos, e no sentido oposto ao da inclusão de desprivilegiados e do reconhecimento de seus direitos. Os processos de exclusão no acesso ao poder político seriam imbuídos já de uma inércia estagnada, dificultando a representação política de grupos excluídos. Nesse sentido, as regras instituídas formalmente ou informalmente, as práticas e costumes, enfim todo o sistema teria sido engendrado pela permanência no poder. Mudar a